

## ENTREVISTA

## Ministro da Saúde Ricardo Barros



ERASMO SALOMÃO / MS

**R**icardo José Magalhães Barros é Engenheiro Civil formado pela Universidade Estadual de Maringá em 1981, e especializado em políticas públicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 2000. Possui mais de 25 anos de experiência na vida pública.

Com 28 anos, foi eleito prefeito de Maringá (1989-1993), sua cidade natal, tornando-se o mais novo prefeito a assumir o cargo no município. Deputado Federal por quatro mandatos (1995-1998, 1999-2002, 2003-2006 e 2007-2010), foi líder do governo no Congresso em 2002. Além disso, foi secretário de Indústria, Comércio e Assuntos do MERCOSUL, do estado do Paraná.

Na Câmara Federal, foi reconhecido como um parlamentar articulador, participando como presidente e membro de várias comissões, inclusive como presidente da Frente Parlamentar da Indústria Pública de Medicamentos. Foi Relator

Geral do Orçamento 2016, da Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização.

Foi membro do Conselho Superior de Infraestrutura da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), no período de 2008 a 2010. E presidente do Conselho Nacional dos Secretários Desenvolvimento Econômico (Conserdic) de 2011 e 2012.

Barros é autor do livro "De olho no dinheiro do Brasil – Orçamento da União, agora você pode participar", publicado em 2007.

**REPS** - Quais são os principais problemas de saúde que o Brasil enfrenta atualmente e o que o MS tem feito para que sejam resolvidos?

**MINISTRO RICARDO BARROS** - Temos um sistema universal e uma demanda sempre

crescente para poucas fontes de financiamento. Trabalhamos para garantir a otimização do que o orçamento prevê para a Saúde. O diálogo permanente com a área econômica do Governo Federal e adoção de uma gestão austera e transparente já resultou na ampliação do custeio da Saúde de 13,2% para 15% da receita líquida, por meio da PEC 55. Isso significa R\$ 10 bilhões a mais para financiar a saúde pública. No Ministério da Saúde, estamos no meio de um processo de arrumação da casa. Economizamos recursos, revendo contratos de fornecedores de serviços e de locação. Estamos fazendo compras mais vantajosas de medicamentos, com preços 20% menores em média. Agora, chegamos à marca de R\$ 4 bilhões em recursos economizados e totalmente reaplicados na saúde.

**REPS** - O SUS deve ser mantido intocado, inclusive nos dispositivos Constitucionais e da Lei Orgânica da Saúde ou em quais aspectos deveria ser aperfeiçoado?

**MINISTRO RICARDO BARROS** - O foco desta gestão é aprimorar o gasto público e modernizar o sistema de saúde com a sua informatização. Tenho convicção de que podemos fazer mais com os recursos que temos disponíveis, precisamos valorizar cada real colocado na saúde por meio da contribuição de cada cidadão. A gestão do sistema tem de ser mais eficiente para garantir que a população seja bem atendida, com qualidade.

**REPS** - Qual é a sua análise sobre o papel do Brasil na saúde internacional? Em particular com relação aos países vizinhos, mas também de outras regiões?

**MINISTRO RICARDO BARROS** - O Brasil tem papel destacado na saúde internacional com cooperação principalmente nas regiões das Américas e África. São cerca de 80 projetos e atividades em todos os continentes, sendo 44 deles com países das Américas do Sul e Central, além de prospecção e negociação, especialmente em áreas nas quais o Brasil tem políticas públicas de destaque, como bancos de leite humano, formação de recursos humanos, atenção

básica, enfrentamento ao HIV/AIDS, vigilância epidemiológica e alimentação e nutrição. Mantemos também fóruns e comissões permanentes com os países vizinhos para resolução de questões fronteiriças. Com os países do Mercosul, já temos cooperações bem-sucedidas para o fortalecimento de nosso sistema de transplantes, de nossas capacidades de vigilância e resposta a emergências e também na prevenção combinada de Infecções Sexualmente Transmissíveis. O Ministério da Saúde tem destacada atuação em temas multilaterais com participação ativa no âmbito da Organização Pan-Americana da Saúde e da Organização Mundial da Saúde, por exemplo. Além da cooperação técnica, o Brasil também fomenta a cooperação humanitária a países vulneráveis ou em situação de emergência, que reforçam o compromisso institucional do Brasil com a cooperação e a solidariedade internacional.

**REPS** - Desde sua posse no Ministério da Saúde, o Senhor não tem fugido de temas polêmicos como os “Planos Populares de Saúde”, as mudanças na Política Nacional de Atenção Básica, a Política de Saúde Mental e outras. Qual é a sua avaliação sobre os efeitos ou resultados dessas iniciativas?

**MINISTRO RICARDO BARROS** - Cerca de 3 milhões de pessoas perderam os planos de saúde nos últimos três anos e os planos populares apresentam-se como uma alternativa. A maior cobertura dos planos de saúde impacta positivamente no atendimento de usuários que dependem exclusivamente da rede pública. Tenho reforçado que isso não muda nosso compromisso com o SUS, ao qual todo cidadão tem direito. Já sobre a revisão feita na Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) digo que foi necessária e, com isso, o cidadão atendido na sua casa ganha ainda mais agilidade e atenção. Desde setembro, 40% dos nossos agentes comunitários já estão cumprindo os serviços nas casas podendo aferir pressão, medir a glicemia e, eventualmente, até fazer um curativo. Essa é uma das várias mudanças que vêm sendo tomadas para qualificar ainda mais o SUS e promover melhorias na vida de muitos usuários.

**REps** - O prontuário eletrônico e o “Cartão SUS” serão realidades ao término da sua gestão no MS?

**MINISTRO RICARDO BARROS** - Estamos em pleno processo de informatização do SUS, principal ação da nossa gestão. A mudança vai permitir uma economia de cerca de R\$ 20 bilhões por ano na Saúde, dando uma excelente capacidade de ampliar novos serviços. O usuário terá seu prontuário eletrônico acessível em qualquer lugar em que precise ser atendido e a garantia de que o médico terá mais condições de verificar seu histórico clínico e poder lhe atender no seu diagnóstico. Com o acesso a todas as informações do paciente, o SUS economizará na repetição de exames, consultas e entregas de medicamentos. Acabamos de lançar o edital para informatizar 100% das unidades básicas do SUS e a adesão de todos os municípios ao prontuário eletrônico até o final de 2018. Assumimos o compromisso de entregar a Saúde informatizada.

**REps** - Em julho o INESCO divulgou uma Carta Aberta (REpS 18.1), dirigida aos Ministros do STF, abordando a RDC da ANVISA 14/2012 e pedindo celeridade para que ela seja colocada em vigor. Recentemente o ex-Ministro José Serra publicou um artigo sobre o mesmo assunto. O MS tem alguma ação a respeito junto ao STF?

**MINISTRO RICARDO BARROS** - Essa RDC é oportuna, porque impõe medidas que tiram aditivos do produto e o tornam menos atrativo ao consumo e contribui para redução da experimentação de adolescente ao fumo. Precisamos evoluir ainda mais com as políticas de redução do contingente de fumantes no país, é considerável ainda o impacto das doenças relacionadas ao tabaco sobre os cofres públicos. O Brasil avançou muito nos últimos dez anos, com redução de 35% do número de fumantes, e podemos avançar ainda mais.

**REps** - Qual é a sua avaliação das políticas de saúde desenvolvidas pelo Governo do Paraná durante a atual gestão?

**MINISTRO RICARDO BARROS** - O Governo do Estado tem avançado muito na saúde, o Paraná tem

uma população grande e isso exige muita habilidade na gestão dos recursos disponíveis e na promoção e execução de políticas de saúde. Temos ajudado o estado, em parcerias importantes que exigem dos entes federal, estadual e municipal uma sinergia no sentido de garantir mais serviços de saúde à população. Tenho certeza que o governo tem apresentado bons resultados no fortalecimento da saúde pública no Paraná.

**REps** - Quais são as ações que o MS tem realizado que contemplam necessidades da saúde da população paranaense e expectativas do setor saúde do estado?

**MINISTRO RICARDO BARROS** - Destinamos em um ano e seis meses de gestão mais de R\$ 660 milhões para reforçar a saúde do Paraná. Foram recursos para custeio de habilitação e qualificação de novos serviços e leitos, redes de urgência e emergência, novas Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h), reforço da Estratégia Rede Cegonha, ampliação e renovação do SAMU 192, além de vários serviços de saúde filantrópicos e estatais que receberam portarias de custeio, recursos que são permanentes. Investimos ainda R\$ 23,5 milhões na Atenção Básica do estado, principal porta de entrada para o SUS, e liberamos mais R\$ 424 milhões em emendas parlamentares que estavam paradas desde 2014. O Paraná estava defasado no recebimento de recursos federais por uma questão política e agora nós estamos colocando nos mesmos patamares de outros estados, ao liberar recursos referentes aos serviços que está produzindo.